

ACTAS
DO
COLÓQUIO

A RECEPÇÃO
DA REVOLUÇÃO
FRANCESA
EM PORTUGAL
E NO BRASIL

ACTAS
DO
COLÓQUIO

A RECEPÇÃO
DA REVOLUÇÃO
FRANCESA
EM PORTUGAL
E NO BRASIL
I

2 a 9 de Novembro de 1989

UNIVERSIDADE DO PORTO, 1992

ALOCUÇÃO INAUGURAL DO COLÓQUIO “A RECEPÇÃO DA REVOLUÇÃO FRANCESA EM PORTUGAL E NO BRASIL”

“La révolution de France a eu jusqu’à ce jour, elle aura dans l’avenir de si grandes conséquences pour la destinée des peuples de l’Europe, qu’avec l’âme la plus froide et le cœur le plus endurci, on ne saurait détourner son attention de ce grand et terrible spectacle. Il est naturel qu’on s’efforce d’en découvrir les causes, avec un zèle proportionné à son importance. Aussi, son origine est-elle l’objet de beaucoup d’écrits et le sujet le plus ordinaire des conversations”. Visão histórica e profética de Jean-Joseph Mounier que foi Presidente da Assembleia Constituinte e abandonou muito cedo o processo revolucionário em curso, ao aperceber-se que a Assembleia estava sujeita a insustentáveis pressões demagógicas do exterior e que a tirania dos Reis e dos déspotas corria sérios riscos de ser substituída pela tirania do despotismo popular. Já em 1792, ele publicava as suas *Recherches sur les causes qui ont empêché les français d’être libres*, onde, com moderação e imparcialidade, analisava a convulsão política, social e religiosa da Revolução. Todos os memorialistas dessa época apresentam a Revolução de França como um sismo violento cujas vibrações se propagaram não só à Europa, mas ao mundo inteiro. A Revolução de França não foi uma revolta como tantas outras da História, mas a Revolução por antonomásia. Enfocada como acontecimento de curta duração, nos seus dez anos de máxima efervescência, ela conseguiu abalar os princípios do absolutismo integral, que pareciam eternos, ao postularem a união indissolúvel da Monarquia e do Catolicismo, entendidos como sistemas de máxima perfectibilidade social. Em desespero de causa, ela pretendeu arrancar as raízes judaico-cristãs da civilização francesa, entrando num processo de laicização imposta por decretos, convencida, como Mirabeau, que para republicanizar se tornava imprescindível descatolicizar. A Igreja e a República eram assim vítimas do mesmo equívoco. A tomada da Bastilha, metáfora da mordada com que o Absolutismo algemava as elites discordantes, parecia ter aberto uma nova era cultural. A nova Constituição do país assente sobre a igualdade entre todos os homens era uma aurora

promissora dum futuro mais humanizado. A consagração do princípio da soberania popular na nova forma de governo republicano foi de consequências políticas profundas. Os revolucionários, ao sentirem a progressiva falta de apoio do povo (já saturado de lutas internas e externas e vítima de terrores de sentido contrário), começaram a devorar-se mutuamente e a ditadura pairou sobre a Convenção. A burguesia acabou por assumir o poder, mas pagando muito caro a sua aventura, que talvez pudesse ter evitado, esperando por condições sociológicas mais amadurecidas. E quando Babeuf tentou lançar as bases duma Sociedade dos Iguais por um processo violento, foi a guilhotina que, uma vez mais, liquidou essa utopia. A proclamação de princípios é sempre bem diferente da história da sua aplicação. Liberdade, Igualdade e Fraternidade — trinómio que polarizou a dinâmica da Revolução, que chocava os ouvidos do Papa, do Clero e da Nobreza, não passava duma meta longínqua que a História, com as suas sístoles e diástoles de crescimento normalmente tranquilo, não poderia impor pela força legislativa. Se é possível decretar a Liberdade de todos os cidadãos perante a Lei, não é viável impor a fraternidade, porque se trata dum conceito carismático que não cabe em decretos de Legislativas. Os Direitos do Homem e do Cidadão, para além de toda a subjectividade que lhes é intrínseca e que os memorialistas contra-revolucionários da época não deixaram de estigmatizar, considerando-os 'trivialidades e apoftegmas' vazios de conteúdo, representaram um passo em frente na razoabilidade e na sociabilidade entre os homens. Nem será muito importante discutir o grau de originalidade desta Revolução face à revolta dos Estados Unidos. Os contextos geográficos e religiosos eram diferentes. É historicamente incontestável que a Revolução de França deve imenso à revolta das colónias inglesas dos Estados Unidos: La Fayette, Bailly, Custine, os irmãos Lameth, fizeram a sua aprendizagem revolucionária nos Estados Unidos. Mas, como em ciências humanas, as mesmas causas não produzem necessariamente os mesmos efeitos, também dos Estados Unidos veio o Marquês de Saint-Simon, que foi um dos baluartes do 'côté droit' da Assembleia e mais tarde haveria de dirigir a partir de Espanha um exército contra-revolucionário. A Revolução dos Estados Unidos processou-se num país muito jovem e com uma enorme vastidão geográfica, sem ter de se confrontar com a Igreja. Muito pelo contrário: aceitou pacificamente todas as

igrejas e proclamou a liberdade de religião e de culto, sem privilegiar nenhuma em particular. A Revolução de França fez-se contra uma Igreja — a Católica —, que ainda nas vésperas da convocatória dos Estados Gerais reclamava o privilégio da unicidade ou pelo menos da oficialidade. A deportação dos eclesiásticos católicos que não aceitassem a Constituição Civil do Clero, obra de jansenistas e galicanos, e as lutas entre *jureurs* e *non-jureurs* levaram os patriotas ao desespero. A Revolução precisava duma religião para se impor. O Calvinismo, reprimido desde a revogação do édito de Nantes e muito indenticado com a Revolução na sua primeira fase, era uma hipótese, que não se verificou. A Convenção tentou o impossível: aplicar à Igreja Católica os princípios de laicização em que assentava a nova concepção de Estado. O culto da deusa Razão e do ser Supremo, legislados e acolitados pelo poder civil, com alguns equívocos por parte de certos elementos do Clero constitucional, acabaram por destruir o que ainda restava das bases de sustentação dessa grande Revolução já em estertores de morte lenta. Por falta de discernimento, os jacobinos de cabeça esquentada não souberam distinguir entre mito e história, entre lei e carisma. Uma revolução política, por mais atraente que seja o seu ideário, não pode violar mentalidades. O parricídio régio clamava pela necessidade dum novo pai que incarnasse a ordem possível e desejável. Napoleão impôs-se naturalmente. E a Revolução de França, agora distorcida pela megalomania imperial, tomou-se expansionista e beligerante. A Restauração dos Bourbons, com mais de 20 anos de exílio, revanchista e passadista, prolongando o Terror revolucionário já extinto, foi um acidente histórico, muito mais do que uma pedra tumular sobre uma Revolução que já deixara marcas indeléveis em França e no mundo.

Toda a Europa culta que falava francês recebeu a Revolução com um frémido de espanto. A emigração massiva dos Nobres e do Clero contribuiu para dar no estrangeiro uma imagem apocalíptica dessa Revolução, tomada na sua conotação bíblica de fim do mundo.

A Península Ibérica, com Floridablanca e Pina Manique, cerrou fileiras. Eles tentaram isolá-la com um cordão sanitário para neutralizar o vírus revolucionário. Carlos IV chegou a esboçar um plano de fuga do Rei por Bayonne, que a fracassada evasão de Varennes tornara inútil. O pacto de família obrigava-o a ser solidário com seu primo transformado num “rei de teatro”. Na Espanha tinham-se

refugiado alguns milhares de franceses, leigos e clérigos, foragidos do Grande Medo e do Terror. As cédulas reais que regulamentavam a estada e a circulação dos franceses em Espanha restringiam fortemente a liberdade de movimentos desses expatriados, que inicialmente foram emigrados de luxo, mas que, depois de Valmy, sofreram na carne e no espírito as agruras dum exílio imposto. A situação do Clero refractário era bem diferente: tinha de escolher entre o exílio por livre iniciativa ou a deportação forçada, pois a clandestinidade podia conduzi-lo à insaciável guilhotina. O povo ibérico recebeu nos primeiros tempos esse Clero com grande sentido de hospitalidade cristã. Mas o Clero francês tinha hábitos muito diversos dos do Clero espanhol e português. O choque de mentalidades e de gostos era inevitável. Depois, apesar de contra-revolucionários, os eclesiásticos franceses exilados denunciavam a sua formação galicana, que colidia com o ultramontanismo da maior parte do Clero luso e espanhol. Pesavam sobre alguns sacerdotes franceses exilados suspeitas de serem agentes disfarçados da Revolução regicida. Era com base nessas suspeitas e nesses medos que medidas preventivas os impediam de dizer missa em público e de pregar, obrigando-os a uma vida em comum, a que não estavam habituados os membros do Clero secular. Não tardou mesmo que o Clero espanhol acusasse em voz alta o Clero francês de ter abandonado cobardemente os seus rebanhos à fúria dos lobos carniceiros. Ripostaram os sacerdotes gauleses com documentos apologeticos em que expunham a legitimidade da sua fuga e se faziam passar por mártires da Fé. Em Portugal, embora não houvesse legislação específica sobre emigrados franceses, Pina Manique mandava vigiar as fronteiras terrestres e marítimas, para controlar a entrada de emigrados, sobretudo de clérigos indocumentados. O Intendente Geral da Polícia multiplicava cartas para os Corregedores, com instruções de apertada vigilância, porque, mesmo entre os contra-revolucionários, clérigos e leigos, havia adeptos do Filosofismo e do Enciclopédismo, leitores de Voltaire e de Rousseau. Eles difundiam as Luzes, mesmo quando atacavam a Revolução. A Inquisição estava atenta e actuante. Os ódios entre contra-revolucionários e revolucionários, que paulatinamente se foram demarcando do processo e tiveram de se exilar para escapar ao Terror, acentuavam as clivagens entre emigrados. Pina Manique tinha informações seguras sobre

ornamentalistas e outros jacobinos refugiados. D. Vicente de Sousa, embaixador português em Paris, oficiava para seu governo em 1791 que Laclos, o famoso autor das **Liaisons Dangereuses**, devia estar refugiado em Portugal e que era partidista do duque de Orleães, considerando-o como “um dos maiores celerados que existem no mundo”. As mercancias vindas de França eram submetidas a rigoroso controlo. Mas muita documentação revolucionária francesa chegava por ricochete em barcos das Américas, onde as suspeições inquisitoriais eram menos fortes, iludindo assim as polícias do pensamento. Por seu lado, o Clero português vigiava de perto as actividades dos padres franceses refractários, conforme as ordens de Pina Manique. No exército luso, vindos directamente para Portugal ou indirectamente através da Inglaterra, alistaram-se muitos nobres franceses, alguns dos quais se haveriam de comportar com pouca honra militar aquando da primeira invasão napoleónica. O jansenismo e o galicanismo do clero gaulês emigrado aterrava o Intendente e os seus ‘moscas’. Mal Pina Manique soube que, no Cais de Belém, uns franceses embarcações cantaram o **Ça ira**, ficou arrepiado. Estávamos em 1792. Da ocorrência dá ele conta à Rainha, cujo desarranjo psíquico se acclerou com os pesadelos que a França revolucionária lhe teria provocado. A tradução que ele apresenta desse hino, inicialmente pacifista e só mais tarde acrescido duma apostilha fortemente anti-aristocrática, é um mimo, que nos apraz registar: “Viva a Liberdade e morram os aristocráticos, e se ponham todos à lanterna e irá sempre avante o que se acha principiado — tocando um deles uma gaita”. Em bloco, Portugal e Espanha reagiram mal à Revolução. Poder-se-á mesmo falar dum certo isolacionismo ibérico em relação ao desenvolvimento do processo revolucionário. É extremamente curioso o que conta a este propósito o Autor anónimo duma **Révolution de France**, manuscrito de 536 páginas, até agora inédito, guardado na Biblioteca Pública Municipal do Porto, que este Colóquio trará à luz do dia como preciosa achega para a historiografia da Revolução Francesa no seu bicentenário. Numa sessão nocturna da Assembleia Constituinte, compareceram deputações de vários países da Europa para saudar a nova Constituição gaulesa, considerada modelo futuro para todos os povos. Fizeram-se representar ingleses, alemães, holandeses, suíços, saboiardos, italianos, dinamarqueses, suecos e russos. Primaram pela ausência portugueses e espanhóis. A dar

crédito ao autor deste manuscrito, redigido em Espanha por um eclesiástico, entre 1793/94, esses deputados não passavam de **sans-culottes** disfarçados com a indumentária típica de cada país, para darem maior credibilidade àquele acto carnavalesco. E porque se teriam os encenadores da Assembleia revolucionária esquecido do folclore ibérico?...

Em Portugal, a partir de 1737, data em que se representou a primeira tradução portuguesa de Molière, saída da pena de Alexandre de Gusmão, o gosto pela França invadiu o nosso país até ao exagero do servilismo acrítico. A história conflituosa dos castiços e estrangeirados situa-se nesta dialéctica de preservação e de contaminação cultural. A língua, a Literatura, a cozinha, o vestuário, os penteados testemunham uma submissão portuguesa, muitas vezes caricata, aos figurinos gauleses, mau grado a política militar e económica de entendimento com a Inglaterra e apesar do expansionismo napoleónico que tornou odiosas as suas invasões, devastadoras de vidas e de bens. A partir do momento em que eclodiu a Revolução, a distinção entre o **espírito francês** e o **espírito revolucionário** tornou-se inevitável. A admiração pelo primeiro manteve-se inalterável. Quanto ao segundo, multiplicaram-se os protestos mais veementes, à mistura com alguns aplausos de simpatia pelos novos ideários políticos e religiosos. A Coroa tinha as mais tensas relações diplomáticas com a Convenção. E a Literatura, esse sismógrafo que regista os mais imperceptíveis movimentos da consciência individual e colectiva, atesta essa contradição entre o **espírito francês** e o **espírito revolucionário**. Bocage, antes da reeducação religiosa a que fora submetido, aderira por empatia à nova aurora de esperanças e disso era acusado pelos seus inimigos, conhecedores do seu soneto contra o “sanhudo e inexorável Despotismo”. Mas bem cedo arrepiou caminho chorando elegiacamente Maria-Antonieta: “A brilhante nação, que blasonava / D'exemplo das nações, o Trono abate, / E de um senado atroz se torna escrava”. Filinto Elísio, que fugira ao terror e ao intolerantismo da Inquisição portuguesa exarcebada com a política decorrente da Viradeira, saúda a tomada da Bastilha, fustiga os Bonzos e os Naires, aplaude a noite de 4 de Agosto em que, para usar a sua expressão, aos Nobres só lhes foi deixado o privilégio de ter unhas cumpridas como os leões, ataca com virulência os monarcas estrangeiros que se

concertavam para estrangular a Revolução. Surpreendido no braseiro parisiense por um novo clima de intolerância religiosa e política, de sinal diferente, mas de efeitos semelhantes, fugiu para a Holanda, donde regressou desiludido, para, novamente em Paris, lançar um veemente apelo para que os Franceses acabassem com as lutas fraticidas e entrassem na sociabilidade que constituía o timbre da sua civilização: “Poupai, magnânimos, sangue Francês, Franceses”.

Temos de reconhecer, contudo, que em França a revolução política não foi acompanhada dum revolução estética. Só muito mais tarde Victor Hugo viria pôr o “bonnet rouge au vieux dictionnaire”. A língua francesa, essa enriqueceu-se com grande abundância de neologismos que atarantavam muito particularmente o autor da *Révolution de France* atrás referido. Era uma babel linguística que metaforizava uma babel política. Apesar da nova oratória parlamentar e dos libelos incendiários, mais ou menos clandestinos, que proliferavam na França revolucionária e circulavam no estrangeiro, o esquema retórico que os compunha era idêntico ao dos parlamentares do “côté droit”. Não houve, na realidade, uma literatura *sans-cullote*. A Literatura da Revolução é, em grande parte, a Literatura da Contra-Revolução. Descontadas as compilações de peças oratórias extraídas das três Assembleias, dos jornais e panfletos em linguagem arrebatada, o que perdurou para a Literatura foram as Memórias, os romances, os diários de emigrados, em que a História e a fantasia se entrelaçam, de tal maneira que não é possível separá-las. Toma-se difícil determinar, nesta época conturbada, a fronteira entre a obra literária e o documento histórico. Razão pela qual este Colóquio sobre a **Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil** tem a particularidade intencional de reunir historiadores, homens da Literatura e da Cultura que reflectirão em conjunto sobre um vasto espaço ibero-americano unido pelo traço comum do Atlântico e pela história longa dum afectividade comum. Teria sido a Revolução Francesa uma revolução atlântica? Os movimentos separatistas do Brasil ficaram a dever mais à Revolta dos Estados Unidos ou à Revolução Francesa? A Revolução de França foi um fenómeno de curta ou de longa duração? Revolução isolada ou integrada num ciclo revolucionário que, segundo Godechot, teria começado por volta de 1770 e se prolongou até 1850? E porque não estender as suas influências até aos nossos dias, em que escrever e falar sobre a

Revolução Francesa continua a ser, duzentos anos volvidos, um espaço ideológico de conflitos e de hermenêuticas desconstruídas? Teria sido uma revolução económica? Uma revolução religiosa? Uma revolução com origens intelectuais que medraram no campo do filosofismo racionalista? Teria sido uma revolução meramente política, evitável portanto, como pretende o novo rei da historiografia da Revolução Francesa, François Furet? Grandes questões, que não podendo deixar de servir de pano de fundo a este Colóquio, não ocuparão preferentemente os seus debates.

Com modéstia e com rigor, procuraremos determinar as marcas profundas dessa convulsão política, económica, filosófica e religiosa na História, na Literatura e na Cultura luso-brasileiras, associando-nos deste modo, sem preconceitos ideológicos de nenhuma espécie, às comemorações universais do bicentenário da grande festa da Revolução. E uma conclusão se pode tirar à partida, antes de iniciados os debates: os Pirinéus, barreira geográfica que a política tentou erguer ainda mais alto, não impediram que a grandeza espectacular da mensagem da Revolução de França se espalhasse, não obstante a fúria do aparelho repressivo ibérico. A Política esbate-se; a Cultura resta.

Ferreira de Brito
Universidade do Porto